

67.(MPE-MS/FGV/2013) Com relação à praça, elemento morfológico identificável na estrutura urbana, assinale a afirmativa correta.

- A) É caracterizada pela organização espacial e intencional do desenho.
- B) Assemelha-se, conceitualmente, ao largo e ao terreiro.
- C) É constituída por espaços acidentais, decorrentes de vazios ou alargamento da estrutura urbana.
- D) Existe em quase todas as cidades islâmicas.
- E) Representa um lugar involuntário do encontro e de práticas sociais.

Resolução:

Alternativa A – Correta: a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais, distinguindo-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados, pela organização espacial e intencionalidade de desenho. A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa.

Alternativa B – Incorreta: a praça é um agrupamento de edifícios dispostos em volta de um espaço vazio. Pode ter planta regular ou irregular e têm normalmente acesso por ruas. A principal diferença entre uma praça e um largo é que uma praça é uma zona de estar, prestando-se a ser um lugar de reunião de multidões e um largo é geralmente uma zona de circulação e distribuição de tráfego que não se presta a relações interpessoais. Já terreiro é a denominação de área localizada ao ar livre que é utilizada para realizar determinadas festas ou celebrações.

Alternativa C – Incorreta: a praça é caracterizada pela intencionalidade, diferentemente de espaços como o largo e o terreiro, caracterizados como espaços acidentais, oriundos de vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo foram apropriados e usados. Estes espaços nunca adquirem significação igual ao da praça.

Alternativa D – Incorreta: a praça, na tradição urbanística, talvez seja uma daquelas invariantes mais marcantes da forma urbana. Entretanto, nas cidades islâmicas a praça não existe, e é

possível que em outras culturas também não, mas, na cultura ocidental, é um componente morfológico estruturante.

Alternativa E – Incorreta: a praça pode ser definida, de maneira ampla, como qualquer espaço público urbano, livre de edificações que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários. É o mais típico espaço da vida urbana, pois desde a antiguidade ela se caracteriza como foco da estrutura urbana e lugar do encontro voluntário, da comunicação, das festas populares.

Alternativa A é correta.

Sob a perspectiva de que a infraestrutura urbana é um sistema técnico de equipamentos e serviços voltados ao bom funcionamento do tecido urbano, julgue o seguinte item.

89.(MPU/CESPE/2013) O reuso de água pluvial em sistemas prediais constitui uma medida de caráter não estrutural de manejo dos sub-sistemas de drenagem pluvial urbana.

Resolução:

89. Verdadeiro – as medidas de controle que visam minimizar os danos causados por alagamentos, por inundações, pelas enchentes e pela falta de recarga dos aquíferos podem ser estruturais e não estruturais. As medidas estruturais são fundamentais quando problemas críticos estão instalados, no intuito de se reverter e controlar a situação existente. São as ações que afetam as condições hidrológicas numa bacia hidrográfica, como controle da cobertura vegetal, controle da erosão dos solos, construção de diques, modificações nos canais de drenagem e construção de reservatórios. Já as medidas não estruturais incluem, por exemplo, as normas e os regulamentos que disciplinam a ocupação e o uso do solo e a conscientização da população por meio da educação ambiental formal e não formal quanto à necessidade de observância de tais normas e regulamentos. As ações não estruturais atuam e ampliam seu efeito ao longo do tempo, além de serem menos onerosas e contribuir para a redução dos custos das ações estruturais. O reuso da água pluvial, assim como a

preservação dos mananciais e a definição de padrões de construção à prova de enchentes são medidas de caráter não estrutural.

13.(TRT-8/CESPE/2013) Os estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental visam avaliar as consequências de um projeto sobre os diversos componentes ambientais. Acerca dos instrumentos de política ambiental e suas relações com o planejamento urbano, assinale a opção correta.

A) O diagnóstico dos elementos ambientais em EIA/RIMA é realizado destacando os meios físico e ecossistêmico.

B) As licenças de instalação e de operação são exigidas para projetos de parcelamento do uso do solo. Não se exige licença prévia.

C) A fase de prognóstico de um EIA/RIMA é obtida na análise dos impactos ambientais.

D) Medidas mitigadoras são exigidas para os impactos anteriores à instalação do empreendimento.

E) Nos termos de referência, são definidas as áreas de influência dos empreendimentos, devendo constar obrigatoriamente a área de influência direta, indireta e os impactos integrados na bacia.

Resolução:

Alternativa A – Incorreta: o diagnóstico ambiental na elaboração do EIA/RIMA consiste na elaboração de uma descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações. Este diagnóstico deverá caracterizar o meio físico, o meio biológico e o meio sócio econômico.

Alternativa B – Incorreta: o parcelamento do solo urbano exige licença prévia (LP), na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento, para aprovar sua localização, atestar a viabilidade ambiental e estabelecer condicionantes para as próximas fases; licença de instalação (LI) do empreendimento, que deve ser solicitada na fase anterior à execução das obras, para exame dos projetos técnicos e urbanísticos aprovados pelo Município, e, com base nestes, ser autorizado o início das obras e estabelecidas condições, restrições e medidas de controle ambiental; e licença de operação

(LO), que deve ser solicitada quando do término das obras do empreendimento, para verificação da sua efetiva execução de acordo com as condicionantes da LI, das eventuais medidas compensatórias estabelecidas e do regular funcionamento do sistema de disposição de águas servidas.

Alternativa C – *Correta: a fase de prognóstico refere-se à identificação, valoração e interpretação dos prováveis impactos ambientais associados a execução e, se for o caso, a desativação de um dado projeto.*

Alternativa D – *Incorreta: medidas mitigadoras são aquelas destinadas a prevenir impactos ambientais negativos ou reduzir sua magnitude. Ao expedir a licença prévia, o órgão ambiental estabelece as medidas mitigadoras que devem ser executadas durante a fase de implantação. A execução dessas medidas é condição para a solicitação e obtenção da licença de instalação. Essas medidas são exigidas para possíveis impactos decorrentes da instalação do empreendimento.*

Alternativa E – *Incorreta: no termo de referência, deverão ser definidas as áreas de influência do empreendimento, a saber: Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII), considerando a justificativa para delimitação de cada uma delas e o mapeamento, em escala adequada para cada área. Deve-se considerar quando da escolha das áreas de influência as bacias, sub-bacias ou microbacias hidrográficas (conforme metodologia utilizada), assim como a área atendida pelo empreendimento.*

Alternativa C é correta.

65.(PREF.SERRA/FUNCAB/2011) Tendo como base a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- A) Nas compras, deverá também ser observada a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação da marca.
- B) O procedimento licitatório tem prazo mínimo de 3 (três) meses e máximo de 25 meses a contar da data da publicação em Diário Oficial da União.
- C) A execução indireta não pode ser efetivada por empreitada de preço global.

D) As obras e serviços só poderão se executados por execução direta.

E) A licitação de uma obra deverá ser sigilosa, caso seja de interesse da Administração Federal.

Resolução:

De acordo com a Lei n° 8666/93:

Alternativa A - Correta: Art. 15; §7º *Nas compras deverão ser observadas, ainda:*

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Alternativa B - Incorreta: Art. 21. §2º *O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:*

I - quarenta e cinco dias para:

a) concurso;

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";"

II - trinta dias para

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea b" do inciso anterior;

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";"

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea b" do inciso anterior, ou leilão;

IV - cinco dias úteis para convite.

Alternativa C - Incorreta: Art. 6º *Para os fins desta Lei, considera-se:*

...VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

a) *empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;*

b) *empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;*

Alternativa D - *Incorreta: Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:*

I - execução direta;

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) *empreitada por preço global;*

b) *empreitada por preço unitário;*

c) *(Vetado).*

d) *tarefa;*

e) *empreitada integral.*

Alternativa E - *Incorreta: Art. 3º;§3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.*

Alternativa A é correta.

No que concerne às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, julgue o item que se segue.

119.(CORREIOS/CESPE/2011) Considere que um órgão público tenha contratado, para a locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípua, determinada empresa, de forma direta, mediante inexigibilidade de licitação. Considere, ainda, que, para a contratação, tenham sido levadas em conta a localização do prédio e a compatibilidade do valor da locação com o praticado no mercado, de acordo com avaliação prévia. Nessa situação, resta evidenciada hipótese legal de inexigibilidade de licitação, estando o ato em consonância com a legislação de regência.

Resolução:

119.Falso - *Art. 24. É dispensável a licitação:*

...X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas

necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;...

Logo, para a situação apresentada, a licitação é dispensável, e não inexigível como afirma o enunciado da questão.